



3ª Reunião Extraordinária do

GTCON e GTSIS

Nova Codificação da Classificação por Natureza da Receita Orçamentária

Petrônio Pires de Paula

Superintendência de Gestão Técnica – SGT

3ª Reunião Extraordinária do

GTCON e GTSIS



AGENDA

- Obrigatoriedade da nova codificação por Natureza de Receita (NR);
- As mudanças na estrutura;
- Associação entre tabelas de NR (De-Para);
- O novo ementário (STN/TCM-GO);
- Atualização das tabelas de compatibilização de Fontes de Recursos (FR);
- EC 93/2016 – Impacto da Desvinculação das Receitas Municipais;
- Atualizações da IN para 2018.

Obrigatoriedade do Uso da Nova Classificação por NR:

Portaria Interministerial 05, de 25 de agosto de 2015:

Altera o Anexo I e os arts. 2º e 4º da Portaria STN/SOF 163/2001

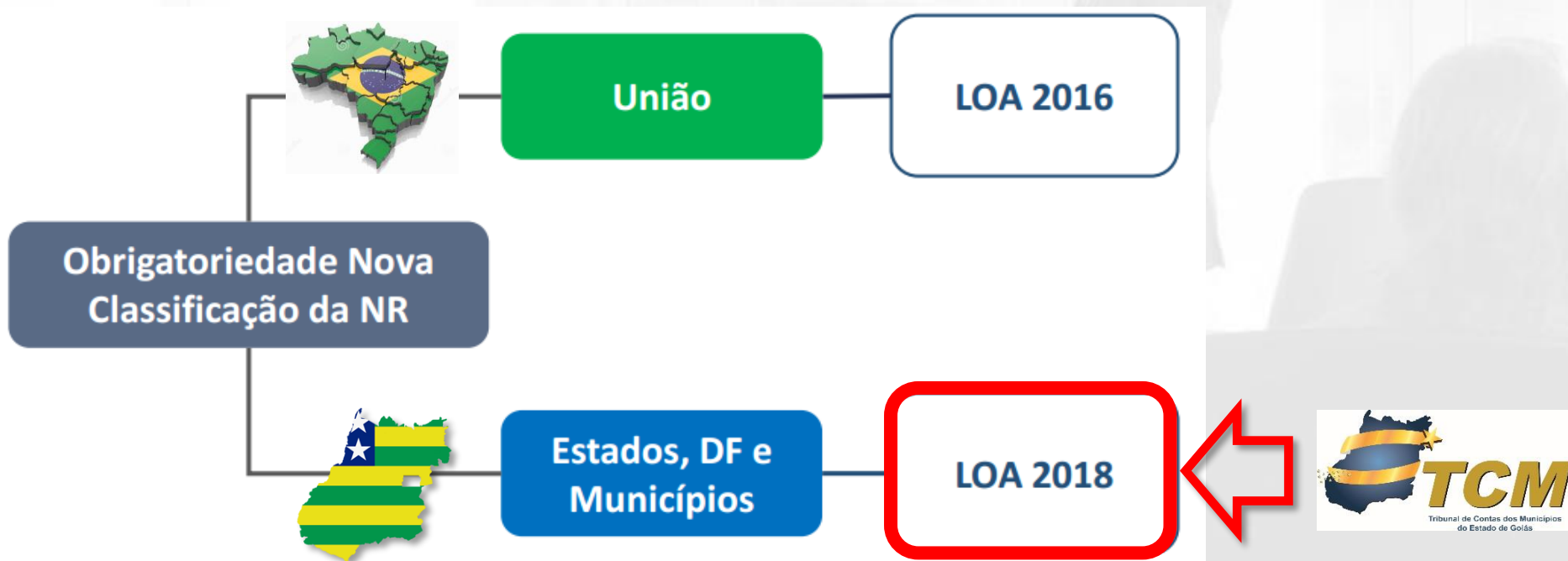
“altera o código da natureza da receita”

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos:

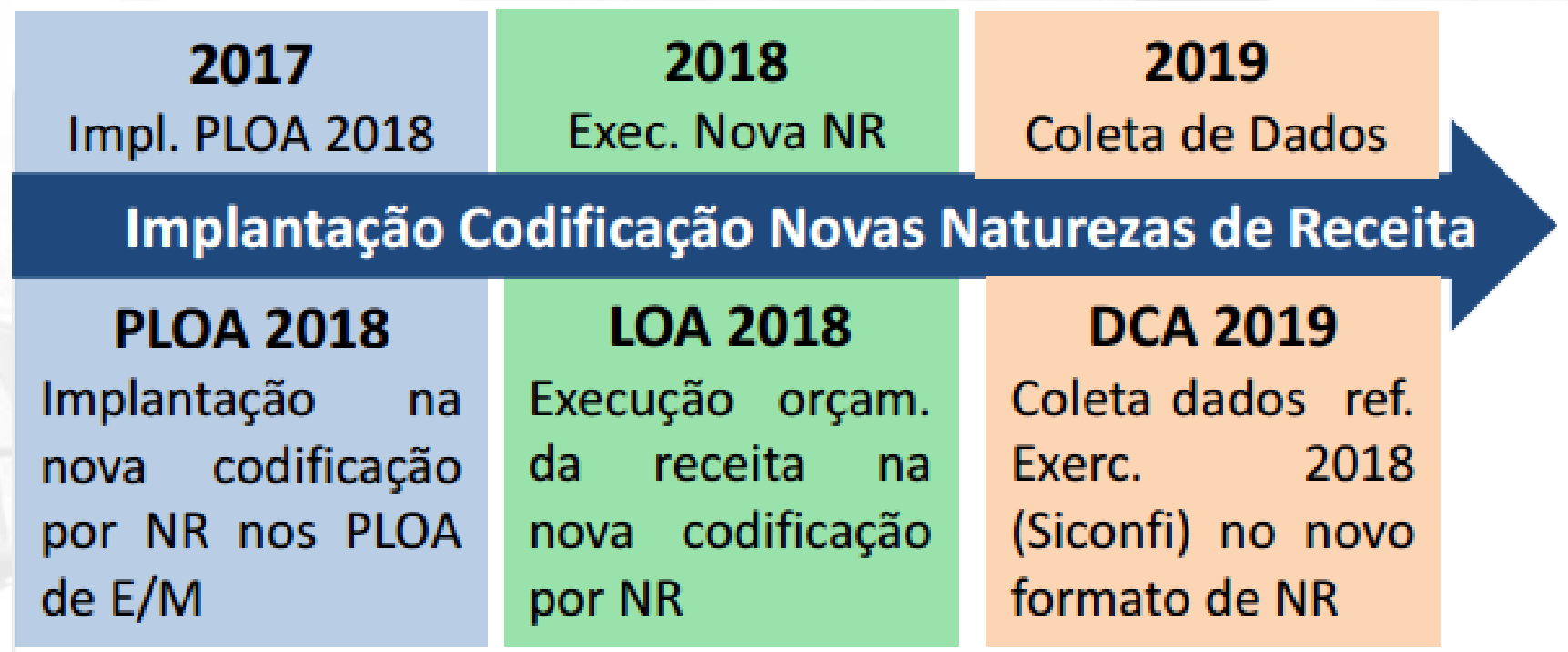
I – a partir do exercício financeiro de 2016, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária, para a União; e

II – a partir do exercício financeiro de 2018, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Obrigatoriedade do Uso da Nova Classificação por NR:



Obrigatoriedade do Uso da Nova Classificação por NR:



Obrigatoriedade do Uso da Nova Classificação por NR:

Nota Técnica nº 1/2017/CCONF/SUCON/STN/MF-DF:

Item 7. As naturezas de receita orçamentária deverão seguir o padrão estabelecido pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional-STN e da Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, no que diz respeito a alterações na estrutura de codificação a partir do 4º dígito, ou pelas Portarias Conjuntas STN/SOF, quando forem ajustes nos três primeiros dígitos, alterando a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

Item 8. Os estados e municípios só poderão customizar suas naturezas de receita, de forma unilateral, caso estendam a codificação além dos dígitos obrigatórios, já que os sete dígitos da classificação são padronizados, podendo ser consultados no Ementário da Receita Orçamentária, disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>.

Obrigatoriedade do Uso da Nova Classificação por NR:

O que o MCASP 7ª Edição (2017) diz a respeito?



Pag. 37

A alteração foi estabelecida pela Portaria nº 05, de 25 de agosto de 2015, que também determinou que os desdobramentos específicos para atendimento das peculiaridades de estados, Distrito Federal e municípios serão promovidos pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

Ressalta-se que para os referidos entes, tal codificação é válida a partir do exercício financeiro de 2018, inclusive no que se refere à elaboração do respectivo projeto de lei orçamentária (que é elaborado durante o exercício de 2017).

A estrutura da nova codificação cria **possibilidade de associar, de forma imediata, a receita principal com aquelas dela originadas: Multas e Juros, Dívida Ativa, Multas e Juros da Dívida Ativa.**

A associação é efetuada por meio de um **código numérico de 8 dígitos**, cujas posições ordinais passam a ter o seguinte significado:

C	O	E	DDDD	T
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita	Tipo

Mudança de estrutura na codificação

Portaria Interministerial 05, de 25 de agosto de 2015:

Altera o Anexo I e os arts. 2º e 4º da Portaria STN/SOF 163/2001

Comparação:

Anterior:

C	O	E	R	AA	SS
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Rubrica	Alínea	Subalínea

Novo:

C	O	E	D	DD	D	T
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita			Tipo

Houve manutenção de codificação até o nível de **espécie**. Isso não quer dizer que as naturezas de receitas permaneceram com a mesma codificação até tal nível. Mas, em sua maioria, houve manutenção da codificação original.

Mudança de estrutura na codificação:

Portaria Interministerial 05, de 25 de agosto de 2015:

Altera o Anexo I e os arts. 2º e 4º da Portaria STN/SOF 163/2001

Art.2º, § 4º - O código da natureza de receita de que trata este artigo é definida pela estrutura “**a.b.c.d.dd.d.e**”, onde:

“**a**” – identifica a **Categoria Econômica** da Receita;

“**b**” – identifica a **Origem** da Receita;

“**c**” – a **Espécie** da Receita;

“**d**” – corresponde a dígitos para **desdobramentos** que permitam identificar particularidades ou necessidades gerenciais de cada natureza de receita;

“**e**” – o **Tipo** da Receita

Exemplo:

a	C	Categoria Econômica	1	Receita Corrente
b	O	Origem	1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
c	E	Espécie	1	Impostos
d.dd.d	DDDD	Desdobramento para identificação das peculiaridades	3011	Impostos sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
e	T	Tipo	1	Principal

Mudança de estrutura na codificação

Categoria Econômica:

O §§1º e 2º do art. 11 da Lei no 4.320/1964, classificam as receitas orçamentárias em “**Receitas Correntes**” e “**Receitas de Capital**”.

A fim de se evitar a dupla contagem dos valores financeiros objeto de operações intraorçamentárias na consolidação das contas públicas, a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338/2006, incluiu as “Receitas Correntes Intraorçamentárias” e “Receitas de Capital Intraorçamentárias”, representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias econômicas.

Essas classificações, segundo disposto pela Portaria que as criou, não constituem novas categorias econômicas de receita, mas apenas especificações das Categorias Econômicas “Receita Corrente” e “Receita de Capital”.

Categoria Econômica da Receita	
1. Receitas Correntes	2. Receitas de Capital
7. Receitas Correntes Intraorçamentárias	8. Receitas de Capital Intraorçamentárias

Mudança de estrutura na codificação

Origem da Receita:

A Origem é o detalhamento das Categorias Econômicas “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos.

Origem da Receita	
1 Receitas Correntes	2 Receitas de Capital
7 Receita Correntes Intraorçamentárias	8 Receitas de Capital Intraorçamentárias
1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1 Operações de Crédito
2 Contribuições	2 Alienação de Bens
3 Receita Patrimonial	3 Amortização de Empréstimos
4 Receita Agropecuária	4 Transferências de Capital
5 Receita Industrial	9 Outras Receitas de Capital
6 Receita de Serviços	
7 Transferências Correntes	
9 Outras Receitas Correntes	

Mudança de estrutura na codificação

Espécie:

É o nível de classificação vinculado à Origem que permite qualificar com maior detalhe o fato gerador das receitas.

Por exemplo, dentro da Origem Contribuições, identifica-se as espécies “Contribuições Sociais”, “Contribuições Econômicas”, “Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional”, “Contribuição para Custeio de Iluminação Pública”.

NR	Especificação	Descrição
1.2.0.0.00.0.0	Contribuições	Agrega as receitas originadas de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, de interesse das categorias profissionais ou econômicas, assim como de contribuições destinadas a entidades privadas de serviço social e de formação profissional.
1.2.1.0.00.0.0	Contribuições Sociais	Agrega as receitas originadas de contribuições sociais e de interesse de categorias profissionais ou econômicas
1.2.2.0.00.0.0	Contribuições Econômicas	Agrega as receitas originadas de Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. O art. 149 da Constituição dispõe que compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
1.2.3.0.00.0.0	Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	Agrega as receitas decorrentes das contribuições, bem como dos respectivos adicionais, arrecadados em favor das entidades privadas de serviço social, de apoio e de formação profissional.
1.2.4.0.00.0.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	Registra a receita decorrente da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

Mudança de estrutura na codificação

Desdobramentos para Identificação de Peculiaridades da Receita:

Na nova estrutura de codificação foram reservados **4 dígitos** para **desdobramentos** com o objetivo de identificar as particularidades de cada receita, caso seja necessário.

Dígito:	1º	2º	3º	4º a 7º	8º	
Significado:	Cat. Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos	Tipo	Descrição-Padrão dos Códigos de Tipo:
Código:						
					0	Natureza Agregadora
					1	Receita Principal
	x	x	x	x .xx. x	2	Multa e Juros da Receita Principal
					3	Dívida Ativa da Receita Principal
					4	Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal

4 dígitos

Mudança de estrutura na codificação

Desdobramentos para Identificação de Peculiaridades da Receita:

Quanto às **receitas exclusivas de Estados, Distrito Federal e Municípios**, serão identificadas pelo **quarto dígito da codificação**, que utilizará o **número “8”** (Ex.: 1.9.0.**8**.xx.x.x - Outras Receitas Correntes Exclusivas de Estados e Municípios), respeitando a estrutura dos três dígitos iniciais.

A nova codificação procura detalhar a receita nos 4º a 6º níveis. Esse detalhamento não segue um padrão único. Mas, **em seu 4º nível, indicou que o número “8” servirá para enquadramento de naturezas de receitas específicas a Estados e Municípios. Isso não significa que os Entes somente poderão usar com tal número, pois o padrão é receber códigos já enquadrados.**

Portaria Interministerial 05, de 25 de agosto de 2015:

§ 5º Havendo necessidade de desdobramento específico para atendimento das peculiaridades de Estados e Municípios, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF fará o detalhamento, o qual obrigatoriamente deverá utilizar o número 8 no quarto dígito da codificação, respeitando a estrutura dos 3 primeiros dígitos.

Mudança de estrutura na codificação:

Tipo:

O tipo, correspondente ao último dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo:

“0”, quando se tratar de natureza de receita **não valorizável ou agregadora**;

“1”, quando se tratar da arrecadação **Principal** da receita;

“2”, quando se tratar de **Multas e Juros de Mora** da respectiva receita;

“3”, quando se tratar de **Dívida Ativa** da respectiva receita; e

“4”, quando se tratar de **Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa** da respectiva receita.

Dígito:	1º	2º	3º	4º a 7º			8º	Descrição-Padrão dos Códigos de Tipo:
Significado:	Cat. Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos			Tipo	
Código:	x	x	x	x	.xx.	x	0	Natureza Agregadora
							1	Receita Principal
							2	Multa e Juros da Receita Principal
							3	Dívida Ativa da Receita Principal
							4	Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal

Mudança de estrutura na codificação

Portaria Interministerial 05, de 25 de agosto de 2015:

Altera o Anexo I e os arts. 2º e 4º da Portaria STN/SOF 163/2001

Fica mantida a estrutura de 8 (oito) dígitos da codificação atual, porém desmembrando o sétimo e o oitavo dígitos em Desdobramento e Tipo:

Código Padrão

Dígito:	1º	2º	3º	4º a 7º	8º
Significado:	Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita	Tipo

Estrutura de Código para Receitas

Dígito:	1º	2º	3º	4º a 7º	8º	
Significado:	Cat. Econômica	Origem	Espécie	Desdobramento	Tipo	Descrição-Padrão dos Códigos:
Código:	X	X	X	X.XX.X	1	Receita Principal
					2	Multa e Juros da Receita Principal
					3	Dívida Ativa da Receita Principal
					4	Multa e Juros da Dívida Ativa da Receita Principal

Mudança de estrutura na codificação

Exemplo:

Imposto de renda pessoa física, código “**1.1.1.3.01.1.1**”

C	Categoria Econômica	1	Receita Corrente
O	Origem	1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
E	Espécie	1	Impostos
D	Desdobramentos para	3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
DD	identificação de	01	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
D	peculiaridades da receita	1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF
T	Tipo	1	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

Mudança de estrutura na codificação

Comparação entre os padrões de codificação:

Imposto de renda pessoa física, código “**1.1.1.3.01.1.1**”

Anterior:

Código De	Nome de Natureza de receita DE
1.1.1.2.04.10	Imposto de renda pessoa física (principal)
1.9.1.1.02.01	Imposto de renda pessoa física (multas e juros)
1.9.3.1.01.01	Imposto de renda pessoa física (principal em DA)
1.9.1.3.02.01	Imposto de renda pessoa física (multas e juros em DA)

Novo:

Código Para	Nome de Natureza de receita PARA
1.1.1.3.01.1.1	Imposto de renda pessoa física (principal)
1.1.1.3.01.1.2	Imposto de renda pessoa física (multas e juros)
1.1.1.3.01.1.3	Imposto de renda pessoa física (principal em DA)
1.1.1.3.01.1.4	Imposto de renda pessoa física (multas e juros em DA)

Mudança de estrutura na codificação

LAYOUT:

Não haverá necessidade de mudança do tamanho do campo rubrica do arquivo REC:

Anterior: 8 dígitos

Código De	Nome de Natureza de receita DE
1.1.1.2.04.10	Imposto de renda pessoa física (principal)

Novo: 8 dígitos

Código Para	Nome de Natureza de receita PARA
1.1.1.3.01.1.1	Imposto de renda pessoa física (principal)

Se acrescentar o dígito 9 para a Dedução da Receita o campo fica com 9 dígitos, em conformidade ao atual layout.

10 - Detalhamento das Receitas do Mês								Ocorrência:
Seq	Nome do Campo	Descrição	Posição		Tam	Formato	Obrigatório	Conteúdo
			De	Até				
01*	tipoRegistro	Tipo do registro	1	02	2	Númerico	SIM	"10" - Detalhamento das receitas do mês.
02*	codOrgao	Código do Órgão	3	04	2	Númerico	SIM	Código do órgão conforme informado no arquivo Orgao.txt.
03*	codUnidade	Código da Unidade Orçamentária	5	06	2	Númerico	SIM	Código da unidade orçamentária informada no arquivo UOC.txt
04*	rubrica	Rubrica da receita	7	15	9	Númerico	SIM	Rubrica da receita

Mudança de estrutura na codificação

Receitas Intraorçamentárias

A forma de utilização das receitas intraorçamentárias permanece a mesma estabelecida para estrutura de codificação anterior, conforme Portaria Interministerial STN/SOF nº 05/2015.

Portaria Interministerial 05, de 25 de agosto de 2015:

Art. 2º - § 9º A natureza de receita intraorçamentária deve ser constituída substituindo-se o dígito referente às categorias econômicas 1 ou 2 pelos dígitos 7, se receita intraorçamentária corrente, ou 8, se receita intraorçamentária de capital.

Nota Técnica nº 1/2017/CCONF/SUCON/STN/MF-DF:

9. Quanto às receitas intraorçamentárias, permanece a regra já vigente, ou seja, devem ser constituídas substituindo-se o dígito referente às categorias econômicas 1 ou 2 pelos dígitos 7, se **receita intraorçamentária corrente**, ou 8, se **receita intraorçamentária de capital**, mantendo-se o restante da codificação.

Mudança de estrutura na codificação

Dedução da Receita Orçamentária

Nota Técnica nº 1/2017/CCONF/SUCON/STN/MF-DF

Item 10

Salienta-se que a dedução da receita orçamentária não enseja a criação formal de códigos de natureza de receita orçamentária, já que não há norma ou regulamento tratando de sua instituição.

Até 2007 o Manual de Receitas apresentava como metodologia para identificação da dedução da receita orçamentária a **utilização do dígito 9** na natureza de receita. Posteriormente, a STN orientou, por meio da Nota Técnica nº 456/2008/GENOC/CCONT-STN, que cada ente da Federação poderia implantar, observando as peculiaridades do seu plano de contas, uma sistemática própria de dedução de forma a demonstrar com transparência as deduções de receitas efetivas.

Esse entendimento foi levando ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e constava em seu texto até a 4ª edição (2012).

Mudança de estrutura na codificação

Dedução da Receita Orçamentária

Apesar do MCASP orientar a dedução da receita pelo uso de contas do PCASP (Nota Técnica nº 456/2008/GENOC/CCONT-STN), **para 2018 será mantida inicialmente a utilização do dígito 9 na NR para a dedução da receita**, até que sejam implementadas as regras para os roteiros contábeis pelo TCM-GO.

Serão feitas as adequações para o novo ementário (TCM-GO) com a inclusão do dígito adicional 9 à natureza da receita, critério que já era adotado pelo Tribunal.

Mudança de estrutura na codificação

Dedução da Receita Orçamentária

Exemplo:

Estrutura Anterior:

90000.00.00	Deduções da Receita	Sintética
91110.00.00	Restituição de Impostos - Indébito Tributário	Sintética
91112.02.00	Restituição IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Analítica
91112.04.31	Restituição IRRF - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	Analítica
91112.08.00	Restituição ITBI - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	Analítica
91113.05.00	Restituição ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Analítica

Nova Estrutura:

(CE) - Categoria Econômica; (O) - Origem; (E) - Espécie; (D1), (DD2) e (D3) - Desdobramento; (T) - Tipo									
CE	O	E	D1	DD2	D3	T	Natureza da Receita	Especificação	Valorizável
90	0	0	0	00	0	0	90.0.0.0.00.0.0	Deduções da Receita	
91	1	1	0	00	0	0	91.1.1.0.00.0.0	Restituição de Impostos - Indébito Tributário	Não
91	1	1	3	00	0	0	91.1.1.3.00.0.0	Restituição de Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	Não
91	1	1	3	03	1	0	91.1.1.3.03.1.0	Restituição IRRF - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	Não
91	1	1	3	03	1	1	91.1.1.3.03.1.1	Restituição IRRF - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	Sim
91	1	1	8	00	0	0	91.1.1.8.00.0.0	Restituição de Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	Não
91	1	1	8	01	1	0	91.1.1.8.01.1.0	Restituição IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Não
91	1	1	8	01	1	1	91.1.1.8.01.1.1	Restituição IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Sim
91	1	1	8	01	4	0	91.1.1.8.01.4.0	Restituição ITBI - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	Não
91	1	1	8	01	4	1	91.1.1.8.01.4.1	Restituição ITBI - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	Sim
91	1	1	8	02	3	0	91.1.1.8.02.3.0	Restituição ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Não
91	1	1	8	02	3	1	91.1.1.8.02.3.1	Restituição ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	Sim

Mudança de estrutura na codificação

Dedução da Receita Orçamentária

Nota Técnica nº 1/2017/CCONF/SUCON/STN/MF-DF

Item 11

Assim, com a instituição do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público-PCASP, essa sistemática deixou de ser obrigatória.

Para fins contábeis, conforme estabelecido no MCASP 7ª edição, as deduções da receita orçamentária serão registradas na conta contábil “6.2.1.3.0.00.00 (-) Deduções da Receita Orçamentária”, utilizando-se o mesmo código de classificação orçamentária da receita que está sendo deduzida.

Caso os entes da Federação ainda possuam sistemas de informação, para elaboração da proposta de lei orçamentária anual, com essa sistemática (dígito 9 para dedução), não há impedimento para uso dessa metodologia.

O TCM-GO já está trabalhando nas regras específicas para os roteiros contábeis.

O novo Ementário da Receita - STN:

Link para acesso ao Novo Ementário da Receita – STN:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>



Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição (Válido a partir do exercício de 2017)

Documento		Data de Publicação / Atualização	Link
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição	Partes Geral, I, II, III, IV e V	22/12/2016	MCASP 7 - Arquivo Principal
Anexos	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)	10/08/2016	PCASP
	Ementário da Natureza de Receita	01/01/2017	Ementário da Receita
	Tabela Fonte / Destinação de Recursos	03/01/2017	Tabela Fonte
	Tabela Função e Subfunção	03/01/2017	Tabela Função e Subfunção
	Perguntas e Respostas	22/12/2016	MCASP 7 - Perguntas e Respostas

Associação entre tabelas de NR (De-Para):

- ☐ O trabalho de “**De-Para**” será necessário para **relacionar as codificações anteriores às novas**.
- ☐ Os dois padrões de classificação mantêm a lógica de classificação nos três primeiros níveis: categoria econômica, origem e espécie.

Observações

- ☐ Em alguns casos há alteração numérica em origem e espécie:

Exemplos de alterações (origem):

Em origem altera o código de outras receitas de capital (2.5 para 2.9)

DE		PARA	
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	2.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital
2590.00.00	Outras Receitas	2.9.9.0.00.1.1	Demais Receitas de Capital - Principal

Associação entre tabelas de NR (De-Para):

Exemplos de alterações (espécie):

Inclusões: 1.2.3 - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional (novo ementário)

Alterações: 1.2.3 para 1.2.4 (COSIP)

DE		PARA	
1230.00.00	COSIP - Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal

Associação entre tabelas de NR (De-Para):

Exemplos de alterações (espécie):

Exclusões: todas de origem 1.4 – Agropecuária e 1.5 Industrial

DE:		PARA:	
1400.00.00	Receita Agropecuária	1.4.0.0.00.1.0	Receita Agropecuária
1410.00.00	Receita de Produção Vegetal	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal
1420.00.00	Receita de Produção Animal e Derivados	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal
1490.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	1.4.0.0.00.1.1	Receita Agropecuária - Principal
1500.00.00	Receita Industrial	1.5.0.0.00.0.0	Receita Industrial
1520.00.00	Receita da Indústria de Transformação	1.5.0.0.00.1.0	Receita Industrial
1520.12.00	Receita da Indústria Mecânica	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.20.00	Receita da Indústria Química	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.21.00	Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.26.00	Receita da Indústria de Produtos Alimentares	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.27.00	Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.28.00	Receita da Usina de Tratamento de Lixo	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.29.00	Receita da Indústria Editorial e Gráfica	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.30.00	Receita da Indústria Eletrônica	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1520.99.00	Outras Receitas da Indústria de Transformação	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1530.00.00	Receita da Indústria de Construção	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal
1590.00.00	Outras Receitas Industriais	1.5.0.0.00.1.1	Receita Industrial - Principal

Associação entre tabelas de NR (De-Para):

Estrutura da Planilha da STN:

Planilha “DE-PARA”

Código	Especificação	Nova Classificação	Nova Especificação	Observação
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes	1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	
1.1.0.0.00.00	Receita Tributária	1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	
1.1.1.0.00.00	Impostos	1.1.1.0.00.0.0	Impostos	
1.1.1.1.00.00	Impostos sobre o Comércio Exterior	1.1.1.1.00.0.0	Impostos sobre o Comércio Exterior	
1.1.1.1.01.00	Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.0	Imposto sobre a Importação	
1.1.1.1.01.01	Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.1	Imposto sobre a Importação - Principal	
1.1.1.1.01.02	Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Importação	1.1.1.1.01.1.1	Imposto sobre a Importação - Principal	
1.1.1.1.02.00	Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.0	Imposto sobre a Exportação	
1.1.1.1.02.01	Receita do Principal do Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	
1.1.1.1.02.02	Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Exportação	1.1.1.1.02.1.1	Imposto sobre a Exportação - Principal	
1.1.1.2.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.1.1.2.00.0.0	Impostos sobre o Patrimônio	
1.1.1.2.01.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	1.1.1.2.01.0.0	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	
1.1.1.2.01.01	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	1.1.1.2.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	

Novo Ementário

CE	O	E	D1	DD2	D3	T	NR	Especificação	Descrição	Ob
1	0	0	0	00	0	0	1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	Agrega as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.	
1	1	0	0	00	0	0	1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Agrega as receitas originadas de impostos, taxas e contribuições de melhoria.	
1	1	1	0	00	0	0	1.1.1.0.00.0.0	Impostos	Agrega as receitas que se originaram de impostos. Impostos constituem modalidade de tributo cuja cobrança tem por fato gerador situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Regra geral, é vedada a vinculação da receita de impostos a qualquer tipo de despesa, ressalvada, entre outras hipóteses, aquelas previstas na Constituição Federal.	
1	1	1	1	00	0	0	1.1.1.1.00.0.0	Impostos sobre o Comércio Exterior	Agrega as receitas que se originaram de impostos cobrados sobre a exportação e sobre a importação.	
									Agrega as receitas que se originaram dos impostos sobre a importação. De	

Associação entre tabelas de NR (De-Para):

Novo Ementário do TCM-GO:

O TCM-GO disponibilizará em seu sítio eletrônico, as tabelas de associação da codificação antiga (IN 009/2015) para a nova, no intuito de se adequar à nova estrutura da NR para 2018.

Serão disponibilizadas as seguintes tabelas:

- ☐ Tabela de associação entre a NR antiga para a nova: “DE-PARA”;
- ☐ Novo ementário da NR do TCM-GO, nos padrões da STN;
- ☐ Compatibilização das Fontes de Recurso (FR) do novo ementário da receita.

Associação entre tabelas de NR (De-Para):

❑ Tabela de associação entre a NR antiga para a nova: “DE-PARA”:

Cat. Econômica	Origem	Especie	Rubrica	Alínea	Subalínea	Código	Especificação	Tipo	Nova Classificação	Nova Especificação	Observação
1	0	0	0	00	00	1000.00.00	Receitas Correntes	Sintética	1.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes	
1	1	0	0	00	00	1100.00.00	Receita Tributária	Sintética	1.1.0.0.00.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	
1	1	1	0	00	00	1110.00.00	Impostos	Sintética	1.1.1.0.00.0.0	Impostos	
1	1	1	2	00	00	1112.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	Sintética	1.1.1.2.00.0.0	Impostos sobre o Patrimônio	
1	1	1	2	01	00	1112.01.00	ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	Analítica	1.1.1.2.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	
1	1	1	2	02	00	1112.02.00	IPU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Analítica	1.1.1.2.02.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	
1	1	1	2	04	00	1112.04.00	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	Sintética	1.1.1.3.00.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	
1	1	1	2	04	31	1112.04.31	IRRF - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	Analítica	1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	
1	1	1	2	04	34	1112.04.34	IRRF - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	Analítica	1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	
1	1	1	2	08	00	1112.08.00	ITBI - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	Analítica	1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	
1	1	1	3	00	00	1113.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	Sintética	1.1.1.8.02.0.0	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	
1	1	1	3	05	00	1113.05.00	ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Sintética	1.1.1.8.02.3.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	
1	1	1	3	05	01	1113.05.01	ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Analítica	1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	
1	1	1	3	05	02	1113.05.02	Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	Analítica	1.1.1.8.02.4.1	Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza - Principal	
1	1	2	0	00	00	1120.00.00	Taxas	Sintética	1.1.2.0.00.0.0	Taxas	

O novo ementário da NR (STN/TCM-GO):

(CE) - Categoria Econômica; (O) - Origem; (E) - Espécie; (D1), (DD2) e (D3) - Desdobramento; (T) - Tipo										
CE	O	E	D1	DD2	D3	T	Natureza da Receita	Especificação	Descrição	Valorizável
1	1	1	8	01	1	0	1.1.1.8.01.1.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Registra o valor total da arrecadação de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, de competência dos municípios. Tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município.	Não
1	1	1	8	01	1	1	1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Registra o valor total da arrecadação de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, de competência dos municípios. Tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município.	Sim
1	1	1	8	01	1	2	1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	Registra o valor da arrecadação de receita de multas e juros de mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.	Sim
1	1	1	8	01	1	3	1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	Registra o valor da arrecadação de receita da dívida ativa, pelo não pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – no transcurso do prazo exigível.	Sim
1	1	1	8	01	1	4	1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	Registra o valor da arrecadação de receitas de multas e juros de mora incidentes sobre a dívida ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.	Sim
1	1	1	8	01	4	0	1.1.1.8.01.4.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	Registra o valor total da arrecadação de imposto sobre transmissão "inter-vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis de competência municipal, incide sobre o valor venal dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos. Tem o fato gerador no momento da lavratura do instrumento ou ato que servir de título às transmissões ou às cessões.	Não

1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal
1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros
1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa
1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros

O novo ementário da NR (STN/TCM-GO):

Atualização e novas versões

Considerando que a STN pode promover alterações em algumas codificações da NR, as tabelas publicadas no Portal do TCM-GO poderão sofrer atualizações no decorrer do ano de 2017, que serão divulgadas oportunamente.

Atualização das tabelas de compatibilização de FR:

☐ Compatibilização das Fontes de Recurso (FR) do Novo Ementário da Receita.

(CE) - Categoria Econômica; (O) - Origem; (E) - Espécie; (D1), (DD2) e (D3) - Desdobramento; (T) - Tipo										
CE	O	E	D1	DD2	D3	T	Natureza da Receita	Fonte de Recursos	Especificação	Valorizável
1	0	0	0	00	0	0	1.0.0.0.00.0.0		Receitas Correntes	Não
1	1	0	0	00	0	0	1.1.0.0.00.0.0		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	Não
1	1	1	0	00	0	0	1.1.1.0.00.0.0		Impostos	Não
1	1	1	2	00	0	0	1.1.1.2.00.0.0		Impostos sobre o Patrimônio	Não
1	1	1	2	01	0	0	1.1.1.2.01.0.0		Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	Não
1	1	1	2	01	1	0	1.1.1.2.01.1.0		Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados	Não
1	1	1	2	01	1	1	1.1.1.2.01.1.1		Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	Sim
								1.00.000	Recursos Ordinários	
								1.01.000	Recursos para Educação	
								1.02.000	Recursos para Saúde	
1	1	1	2	01	1	2	1.1.1.2.01.1.2		Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	Sim
								1.00.000	Recursos Ordinários	
								1.01.000	Recursos para Educação	
								1.02.000	Recursos para Saúde	
1	1	1	2	01	1	3	1.1.1.2.01.1.3		Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	Sim
								1.00.000	Recursos Ordinários	
								1.01.000	Recursos para Educação	
								1.02.000	Recursos para Saúde	
1	1	1	2	01	1	4	1.1.1.2.01.1.4		Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros	Sim
								1.00.000	Recursos Ordinários	
								1.01.000	Recursos para Educação	
								1.02.000	Recursos para Saúde	

As tabelas de compatibilização de FR foram atualizadas para o novo ementário, vigente a partir do ano de 2018 (LOA inclusive) e também serão publicadas no Portal do TCM.

EC 93/2016 – Impacto da Desvinculação das Receitas Municipais:

- ❑ A Emenda Constitucional 93/2016, de 08/09/2016, estabeleceu a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- ❑ "Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, **30% (trinta por cento)** das receitas dos Municípios relativas a **impostos, taxas e multas**, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

EC 93/2016 – Impacto da Desvinculação das Receitas Municipais:

- ☐ Parágrafo único. **Excetua-se da desvinculação de que trata o caput:**
- ☐ **I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino** de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;
- ☐ **II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;**
- ☐ **III - transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação** com destinação especificada em lei;
- ☐ **IV - fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.**

EC 93/2016 – Impacto da Desvinculação das Receitas Municipais:

Exemplo:

Natureza da Receita	Fonte de Recursos	Especificação
1.1.2.0.00.0.0		Taxas
1.1.2.1.00.0.0		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
1.1.2.1.01.0.0		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização
1.1.2.1.01.1.0		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização
1.1.2.1.01.1.1		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal
	1.00.000	Recursos Ordinários (30% DRM até 31/12/2023 - EC 93/2016)
	1.06.000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
	1.06.015	Vigilância Sanitária
1.1.2.1.01.1.2		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros
	1.00.000	Recursos Ordinários (30% DRM até 31/12/2023 - EC 93/2016)
	1.06.000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
	1.06.015	Vigilância Sanitária
1.1.2.1.01.1.3		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa
	1.00.000	Recursos Ordinários (30% DRM até 31/12/2023 - EC 93/2016)
	1.06.000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
	1.06.015	Vigilância Sanitária
1.1.2.1.01.1.4		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros
	1.00.000	Recursos Ordinários (30% DRM até 31/12/2023 - EC 93/2016)
	1.06.000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
	1.06.015	Vigilância Sanitária

Atualizações da IN para 2018

- ❑ Alterações das tabelas de codificações da receita, em decorrência Portaria Interministerial 05, de 25 de agosto de 2015.
- ❑ Atualização da Tabela de Especificação das Fontes/Destinação de Recursos, com possibilidade de criação de novas fontes/detalhamentos.
- ❑ Implicações da EC 93/2016 - Desvinculação das Receitas Municipais.

"Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado."

Roberto Shinyashiki

SUCESSO A TODOS!

Petrônio Pires de Paula

Superintendente de Gestão Técnica

petronio@tcm.go.gov.br

62 3216 - 6289

3ª Reunião Extraordinária do

GTCON e GTSIS

